



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO
ESTADO DE SÃO PAULO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a concessão, no âmbito do funcionalismo público municipal, de horário de trabalho ao servidor com deficiência ou que tenha cônjuge, companheiro, filho ou dependente com deficiência, nos termos do artigo 98, §2º e 3º, da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e artigo 1º, §2º, da Lei Federal 12.764, de 27 de dezembro de 2012, e em consonância com o Tema 1.097 do Supremo Tribunal Federal, para sua regulamentação de procedimento administrativo.

CARLOS EDUARDO PEREIRA DA SILVA, Prefeito da Estância Turística de Campos do Jordão, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei; e,

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no que se refere à jornada de trabalho dos servidores;

CONSIDERANDO, o decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 1.097, que reconheceu o direito à redução de jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração, ao servidor responsável por pessoa com deficiência;

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Federal nº 13.370, de 12 de dezembro de 2016, que assegura a flexibilização da jornada de servidores com filhos com deficiência;

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que garante todos os direitos as pessoas com transtorno do espectro autista



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO

ESTADO DE SÃO PAULO
CONSIDERANDO,

a necessidade de regulamentar o procedimento administrativo para concessão do referido benefício no âmbito da Administração Municipal; e,

CONSIDERANDO, a instrução do processo SEI nº 3509700.406.00016984/2025-98;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder horário especial de trabalho ao servidor com deficiência ou que tenha cônjuge, companheiro, filho ou dependente com deficiência, cuja a necessidade de tratamento, acompanhamento ou assistência seja devidamente comprovada.

Parágrafo único. A redução de carga horária prevista no caput deste artigo poderá ser de 20% (vinte por cento) a 50% (cinquenta por cento), sem que haja prejuízo da remuneração e sem a necessidade de compensação, com fundamento na decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 1.097.

Art. 2º. A solicitação deverá ser protocolada pelo interessado através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/CIDADES, conforme previsto no Decreto Municipal nº 8.894/2025 de 06/06/2025, instruída com os seguintes:

- I – requerimento formal dirigido ao Chefe do Poder Executivo;
- II – laudo médico atualizado, emitido por profissional habilitado, que ateste a deficiência e indique as terapias necessárias;
- III – declaração atualizada das terapias em que o servidor ou dependente é submetido, constando dias e horários das consultas, bem como sua periodicidade, quando aplicável.
- IV – atestado de matrícula escolar do dependente, quando aplicável;
- V – declaração de que não existe outro responsável que seja servidor público de qualquer esfera e que usufrua do mesmo benefício.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo único. Para efeito deste requerimento, será considerado documento atualizado aquele emitido em até 60 (sessenta) dias.

Art. 3º. O processo será analisado previamente pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, Abastecimento e Tecnologia (SA-SAR) quanto à juntada dos documentos necessários, conforme artigo 2º.

Parágrafo único. Poderá o SA-SAR indeferir o pedido previamente caso seja constatada falta de qualquer documento previsto no Art. 2º desta Portaria, sem prejuízo de nova solicitação.

Art. 4º. Após a triagem documental prevista no Artigo 3º, o referido processo será encaminhado para o Setor de Medicina do Trabalho para avaliação dos documentos médicos apresentados, bem como para a atribuição do percentual de redução de jornada, de acordo com a necessidade apresentada.

Art. 5º. A decisão final caberá ao Chefe do Poder Executivo ou autoridade delegada, mediante portaria fundamentada que fixará a carga horária reduzida, observado o limite previsto no art. 1º.

Art. 6º. A redução de jornada não implicará na obrigatoriedade de contratação de servidor substituto, cabendo à Administração adotar medidas de redistribuição de tarefas ou, em caráter excepcional, contratação por prazo determinado, observada a legislação vigente.

Art. 7º. Em casos específicos de professores ou profissionais cuja ausência possa comprometer a continuidade pedagógica ou o atendimento direto à população, a Administração poderá adotar medidas de adequação da carga horária visando à não interrupção do serviço público.

Art. 8º. O benefício será concedido inicialmente pelo prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser renovado mediante apresentação de documentação atualizada.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE CAMPOS DO JORDÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 9º. O Departamento de Recursos Humanos deverá manter controle atualizado dos processos deferidos, assegurando-se a possibilidade de auditoria e fiscalização interna e externa.

Art. 10. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

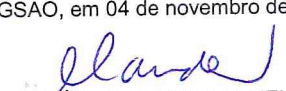
Prefeitura da Estância Turística de Campos do Jordão,
Aos 04 de novembro de 2025


JORGE RICARDO LELIS JUNIOR
Secretário Municipal de Administração, Abastecimento e Tecnologia


CARLOS EDUARDO PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado de acordo com as formalidades legais pela

SGSAO, em 04 de novembro de 2025.


CECÍLIA CARDOSO ALMEIDA
Chefe do Setor de Atos Oficiais